

Vozes Entre Linhas: A Literatura das Mulheres nas Ditaduras da Argentina e do Brasil

Voices Between the Lines: Women's Literature in the Dictatorships of Argentina and Brazil

Paula Andrea Lenguita

CONICET UBA

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6665-0554>

E-mail: paula.lenguita@unipe.edu.ar

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>

E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br

Recepção: 15.05.2025

Aprovação: 29.05.2025



Resumo: O artigo investiga a trajetória de Carmen de Lara Castro na resistência à ditadura de Este. O artigo analisa criticamente o panorama recente da produção acadêmica na Argentina e no Brasil sobre as diversas formas de resistência feminina durante as ditaduras cívico-militares. Para tal, o estudo estrutura-se a partir de três eixos analíticos centrais: (1) a abordagem conceitual da agência e da resistência feminina nos trabalhos selecionados; (2) a função metodológica das narrativas testemunhais como elemento de ruptura com a historiografia hegemônica; e (3) as dinâmicas de inclusão e silenciamento, identificando as vozes representadas e as ausências notáveis. O objetivo é valorizar as "vozes entre linhas", compreendendo como sua emergência enquanto "silêncio rompido" desafia a repressão e a violência de gênero. A análise revela que a resistência é apresentada não apenas como ação política, mas como chave interpretativa para compreender vivências marcadas pela violência estatal, a reconstrução da memória e a contínua afirmação da agência feminina. Ao aplicar este quadro analítico, o artigo busca enriquecer a historiografia, outorgando maior visibilidade e complexidade ao papel das mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul e posicionando suas lutas no centro do debate acadêmico.

Palavras-chave: Resistência Feminina, Ditaduras Militares, Narrativas Testemunhais, Argentina e Brasil, Memória e Agência, Violência de Gênero, Cone Sul.

Abstract: This article critically analyses the recent landscape of academic scholarship in Argentina and Brazil on the diverse forms of female resistance during the military dictatorships. To do so, the study is structured around three central analytical axes: (1) the conceptual approach to female agency and resistance in the selected works; (2) the methodological function of testimonial narratives as a rupture with hegemonic historiography; and (3) the dynamics of inclusion and silencing, identifying which voices are represented and which are notably absent. The objective is to value the “voices between the lines”, understanding how their emergence as a “broken silence” challenges repression and gender-based violence. The analysis reveals that resistance is presented not only as political action but also as an interpretive key to understanding experiences marked by state violence, the reconstruction of memory, and the ongoing affirmation of female agency. By applying this analytical framework, the article seeks to enrich the historiography, granting greater visibility and complexity to the role of women in the struggle against the dictatorships in the Southern Cone and placing their struggles at the centre of academic debate.

Keywords: Women's Resistance, Military Dictatorships, Testimonial Narratives, Argentina and Brazil, Memory and Agency, Gender-Based Violence, Southern Cone.

INTRODUÇÃO

As ditaduras cívico-militares que marcaram a história da Argentina e do Brasil na segunda metade do século XX impuseram um período de intensa repressão, censura e violência, visando silenciar toda e qualquer forma de oposição. Nesse cenário adverso, inúmeras vozes se levantaram em resistência. Entre elas, emergiram as vozes femininas¹, portadoras de experiências e perspectivas singulares, que desempenharam papéis multifacetados e cruciais, frequentemente sub-representações, estereotipados ou diluídos em narrativas historiográficas mais universalistas, masculinas e generalizantes. O presente trabalho explora como a produção acadêmica, especialmente aquela que utiliza fontes testemunhais orais, tem abordado a participação de mulheres nos movimentos de oposição aos regimes autoritários em ambos os países. Pelo levantamento feito sobre a última década, foi possível perceber o crescimento de estudos importantes que tornam mais visíveis as experiências de violências sofridas por elas e suas resistências plurais durante as ditaduras no Brasil (1964-1984) e na Argentina (1966-1973) e (1976-1983).

¹ Para este texto, associamos o termo “feminino” à categoria “mulheres”, mas temos ciência de que ele não as define, necessariamente, pois pode estar relacionado a diferentes formas de mulheridades, masculinidades e trans/travestilidades.

Esta revisão da literatura propõe apresentar os estudos existentes sobre o tema, com especial atenção àqueles fundamentados em relatos orais de mulheres. Busca-se identificar como essas narrativas em primeira pessoa permitem construir uma visão mais matizada e complexa do passado ditatorial. Tais relatos revelam não apenas as diversas formas de engajamento – que vão desde a militância política e armada, o enfrentamento à violência repressiva estatal (eixo nevrálgico em muitos testemunhos e análises subsequentes) e a emergência de um feminismo de libertação forjado na confluência de diversos movimentos sociais com significativa participação feminina, até as estratégias capilares de resistência cotidiana – mas também as subjetividades, os profundos custos emocionais e as complexas ressignificações dessas vivências. Interessa, particularmente, observar como a literatura utiliza esses testemunhos para desafiar generalizações e iluminar as particularidades do protagonismo feminino em cada contexto nacional.

Este panorama crítico evidencia, assim, como as vozes diretas das mulheres, compartilhadas por meio da história oral e de acervos testemunhais se revelam indispensáveis para uma compreensão mais profunda e nuançada dos processos de resistência, bem como das complexas intersecções entre gênero, memória e política em contextos autoritários. Espera-se, com isso, não apenas conferir visibilidade a essas trajetórias, mas também sublinhar a contribuição metodológica e analítica dos estudos que colocam a experiência feminina narrada no centro da investigação histórica. A seguir, detalhamos o percurso metodológico e o quadro analítico que estruturam este artigo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para ir além de um panorama meramente descritivo, este artigo emprega um quadro analítico-crítico que organiza a discussão em torno de três eixos fundamentais. Primeiramente, o eixo conceitual, por meio do qual investigamos como a literatura selecionada define e teoriza a agência e a resistência feminina, mapeando as diferentes ênfases e abordagens. Em segundo lugar, o eixo metodológico, no qual analisamos o papel atribuído à história oral e às narrativas testemunhais, questionando se são utilizadas para preencher lacunas ou para desestabilizar as narrativas canônicas. Finalmente, adotamos um eixo interseccional, avaliando criticamente as dinâmicas de inclusão e exclusão presentes neste corpo de trabalhos, com atenção especial às vozes que permanecem sub-representadas ou silenciadas, como as de mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+. Estes

eixos constituem os nossos operadores metodológicos para apresentar a produção acadêmica e identificar tanto suas potências quanto suas lacunas.

O foco temporal nos últimos dez anos se justifica pelo aumento significativo da produção historiográfica acerca das mulheres nesse período, estimulado pela intensificação da luta feminista e pelos estudos de gênero. Desta forma, pretende-se oferecer caminhos para visibilizar as “vozes entre linhas” da resistência feminina nas ditaduras. As questões aqui levantadas se inspiram em trabalhos precursores – como os de Albertina Oliveira Costa (1980) e Ana M. Colling (1997) no Brasil, e de Elisabeth Jelin (2002) e Dora Barrancos (2007) na Argentina – mas se concentram nas pesquisas que se intensificaram após marcos como o relatório da Comissão Nacional da Verdade no Brasil (2014) e a renovação acadêmica na Argentina, colocando em evidência a decisão de tornar a violação dos direitos humanos de mulheres uma pauta política brasileira e argentina contra distorções e reacionarismos políticos.

Procuramos mostrar como a produção acadêmica contemporânea tem recuperado e interpretado os relatos femininos de resistência antiditatorial, compreendendo sua emergência como um potente “silêncio rompido” que confronta a violência multifacetada, inclusive de gênero, imposta pelos regimes e combatida de modo plural e polifônico. A resistência é, portanto, revisitada não apenas como ação política direta, mas também como uma lente analítica fundamental para interpretar com acuidade e nuances esse particular “tempo feminino”, indelevelmente marcado pela violência sistêmica, pelos disputados processos de reconstrução da memória e pela contínua afirmação da agência feminina sob o jugo ditatorial e em seus desdobramentos.

Para o levantamento bibliográfico, desenvolvemos uma estratégia de busca digital que envolveu a seleção e a combinação de palavras-chave como “testemunhos”, “história oral”, “militância feminina”, “ditadura”, “Brasil” e “Argentina”. Implementamos também combinações mais específicas, como “mulheres e resistência nas ditaduras argentina e brasileira” e “vivências femininas em períodos de repressão”, a fim de refinar os resultados. Neste levantamento, priorizamos os artigos, e não teses, dissertações ou livros, por seu fácil acesso, caráter objetivo e ampla circulação². Temos consciência de que nossa escolha de termos

² O historiador Ary Albuquerque Cavalcanti Jr. (2018) menciona dois elementos importantes relativos à produção historiográfica de e com mulheres: a primeira é que escrever sobre a ditadura militar é se contrapor a uma escrita predominantemente autoritária que durante muito tempo procurou invisibilizar não só a história da resistência, mas das mulheres no combate à ditadura. A segunda trata de trazer para o centro do debate histórico a participação das mulheres e a escrita delas, rompendo um silêncio imposto pela própria historiografia

e formatos implicou a exclusão de algumas publicações, mas consideramos que esta revisão oferece uma contribuição importante neste campo de estudo.

Finalmente, objetivamos colaborar com um panorama que contribua para o reconhecimento da produção e autoria – majoritariamente de mulheres, como constatamos – e para que novas pesquisas se desenvolvam, especialmente sobre as ausências observadas, como as experiências de mulheridades negras³, indígenas e LGBTQIAPN+.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA: EIXOS E DEBATES

Nesta seção, aplicamos os eixos analíticos detalhados anteriormente para organizar e discutir os achados da revisão bibliográfica. Cada subseção aprofunda um dos eixos, articulando os principais debates e contribuições da literatura recente.

1. O eixo conceitual: da violência de gênero à politização do cotidiano

A produção acadêmica recente, a partir de um ponto de vista conceitual, foca-se em dois movimentos interligados: primeiro, a denúncia da violência de gênero como uma tática central da repressão ditatorial e o testemunho como forma de “romper o silêncio”; e, segundo, a ampliação da própria noção de resistência para incluir práticas do cotidiano, dos afetos e das redes de solidariedade.

O conceito de “silenciamento roto” como uma imposição esgarçada, esburacada e não convertida em silêncio, mostrando a vitória da narrativa (antes subterrânea) sobre ele, nos convida a refletir sobre a urgência de visibilizar as vozes das mulheres que, ao longo da história, sofreram sistematicamente com tentativas de silenciamento em contextos de violações de direitos humanos. Como afirma Karin Davidovich, ao se referir ao horror argentino nos anos 1970 e 1980, se os testemunhos femininos estiveram impregnados pela presença do silêncio que diz, os relatos que passaram a crescer a partir dos anos 1990 clamam por interlocutores/as que possam ouvi-las, a fim de fazer justiça:

Se trata de trabajar el silencio a fin de convertirlo no en un punto final, sino en un disparador de lenguajes y sensaciones que intentan acercarnos y hacernos testigos de estas experiencias del horror. Los testimonios de mujeres rodean el silencio, lo enfrentan,

³ Embora usemos a expressão mulheres, neste texto entendemos que mulheridades poderia expressar melhor as diferentes construções históricas e experienciais em movimento.

trazando lenguajes y espacios adyacentes que permiten entablar un diálogo basado en el respeto y la empatía (Davidovich, 2014, p. 47).

Problematizar o silêncio (ou o silenciamento, como ato de pôr em silêncio) não tem sentido de paralisia e inação. Pelo contrário, leva ao trabalho o jogo entre memória e os significados do trauma e seus efeitos sobre a coletividade. Não se trata mais da virilidade guerrilheira ou repressora dos homens, mas da ruptura do silêncio pelas mulheres que tomam a palavra e se recusam a serem reduzidas à categoria de vítimas silenciosas ou histórias complementares. As discussões sobre a colonialidade dos saberes e corpos e as lutas feministas, que também atravessam a produção historiográfica, têm promovido a ruptura do silenciamento provocado pela perspectiva masculina universal acadêmica. Encontramos uma série de artigos, de autoras brasileiras e argentinas, que demonstram também a ruptura com o silenciamento roto das pesquisas nas universidades. Tratar de violências como a sexual (cometida de modo não exclusivo, mas em sua grande maioria contra as mulheres) nos cárceres brasileiros e argentinos tem sido um posicionamento político de responsabilizar perpetradores juridicamente e expor as violências de gênero naturalizadas por uma sociedade ancorada no machismo e que perpetua o silenciamento, como demonstra Paula Simón (2018) quando trata das palavras de mulheres sobre o “terrorismo de Estado” que marcou a história argentina.

O tratamento dado às mulheres militantes brasileiras e argentinas, muitas vezes representadas pelos discursos de algozes como “putas” é lembrado nos testemunhos daquelas que passaram pelo cárcere, além das várias formas de violação, principalmente as de caráter sexual - tema sensível que tem sido abordado em pesquisas cuidadosas que questionam a ideia de direitos humanos centrada na categoria do masculino universal e do militante/guerrilheiro. Não poderíamos deixar de fazer menção à obra argentina *Putas y guerrilleras* (2014), de Miriam Lewin e Olga Wornat, que trata desta questão com profundidade, trazendo narrativas marcadas pelo trauma. Davidovich (2014) também aborda os crimes sexuais cometidos em centros clandestinos de detenção na Argentina. Outros artigos que tratam da perspectiva de gênero demonstrando a perversidade dada não somente pela violência física, mas pela culpabilização, vergonha e agressão às vítimas são os de Claudia Bacci (2022), de María C. Robles, e de Alejandra Oberti e Susana Skura (2014), que utilizaram relatos orais constantes no arquivo *Memoria Abierta* acerca das violações sexuais. Esta temática tão delicada, abordada pelas autoras, chama a atenção para a dificuldade da lembrança, do testemunho, e para a nece-

ssária escuta ativa, publicizando e gerando uma comunidade de ouvintes que defende a reparação.

Os vários textos encontrados de autoria de Jelin (2011), Sutton (2015), Victoria Álvarez (2019), de Marcos Tolentino (2021) e de Estefanía Di Meglio (2023) trazem a palavra feminina acerca da violência perpetrada nos centros clandestinos pelos agentes durante a última ditadura argentina (1976-1983), demonstrando que as dimensões de gênero atravessam as relações de tortura nos porões, marcadas não apenas pela repressão à militância política, mas por um repertório de violações ao corpo feminino, desde agressões verbais, a nudez forçada, o abuso e ameaças aos filhos menores, e intensificado pela agressão sexual, tendo como objetivo humilhar e submeter as mulheres ao gênero masculino hegemônico, símbolo da virilidade, do poder e da agressividade.

Os insultos de cunho sexual, como “puta”, “vadia”, “vaca”, “vagabunda”, aparecem ainda nas memórias das militantes brasileiras, em diálogos preservados pelo Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), organizado por Joana Pedro, Ana Veiga e Janine Silva (2018), e nas narrativas de entrevistadas argentinas e brasileiras. Isso não significa que os homens não sofressem abuso sexual, como as autoras lembram, pois muitas narrativas falam de torturas que focalizavam os órgãos genitais masculinos, porém raramente esses fatos são mencionados por eles. A violência sexual contra as mulheres, em especial, foi analisada nos trabalhos de Álvarez (2019, 2020), após a reabertura de julgamentos por crimes contra a humanidade e com considerável resistência passou-se a considerar a possibilidade de julgar a violência sexual como um crime diferenciado da tortura. Nessa direção, artigos apresentam pesquisas desenvolvidas por estudiosas brasileiras como Juliana Nascimento (2024), Cynthia Sarti (2019), Daniela Tega (2021) e Maria Amélia A. Teles (2015), que direcionam seus trabalhos de forma sensível para a escuta de histórias de violações contra corpos femininos. Amelinha Teles, em especial, destaca o papel político da Comissão Nacional da Verdade (2012-14) por ter dado escuta às vítimas, as quais só conseguiram falar em público, pela primeira vez, depois de mais de quatro décadas dos fatos ocorridos. Este texto também propõe que sejam devidamente investigados os crimes sexuais e crimes de gênero e apuradas as responsabilidades, ainda que tenham ocorrido há mais de 40 anos, pois são crimes de lesa-humanidade. Obras como estas apontam, ainda, a ausência de compreensão por parte dos militantes de esquerda em relação às lutas específicas de mulheres, considerando-as despolitizadas ou aburguesadas quando abordam as relações desiguais de gênero na mili-

tância. Isso contribuiu para o silenciamento das memórias traumáticas femininas por parte do próprio machismo militante.

Em paralelo à denúncia, a literatura amplia o conceito de resistência. Um aspecto em comum a todos os trabalhos apontados por nós é a crítica à tradicional abordagem historiográfica que limita o papel das mulheres ao âmbito privado, enquanto os homens dominavam a esfera pública. A resistência passa a ser entendida como um conjunto amplo de ações que desafiam a opressão, manifestando-se em formas de contestação direta, além de modos mais sutis de sobrevivência e afirmação de identidade. Em artigos brasileiros, em especial, pesquisadoras publicizam memórias de apoio mútuo entre operárias, seja em meio as greves de 1968 em Contagem (Carolina Dellamore e Paula Soares, 2022) no Brasil, como atuantes em visitas nas prisões para mediar conflitos e proteger prisioneiros políticos, e ainda na luta pela anistia aos exilados e detidos, que começa na vida cotidiana (Rovai, 2017; Lemes, L. B., & da Silva, 2020).

Maria Claudia B. Ribeiro (2014, p. 249) entrevistou militantes da Ação Libertadora Nacional que atuaram na década de 1970, visibilizando suas ações no que ela denominou de “socorro vermelho”. Recrutadas majoritariamente entre o movimento estudantil, exerceram tarefas fora da organização política, ganhando adeptos em seus locais de trabalho e vizinhos, preparando expropriações de bancos, repassando informações, escondendo armas e mediando encontros, numa rede de solidariedade que “colocou em xeque, não sem dificuldade, o quadro de pensamento da época e o modelo que em geral se aceitava na sociedade” como revolucionário. Assim também Marta Rovai (2017) procurou registrar as memórias de mulheres que, no ano de 1968, a partir do privado e do senso comum sobre elas – como alienadas e apolíticas – organizaram familiares e vizinhanças, mediaram visitas e ações nas prisões, organizaram feiras para alimentar famílias de presos, formando redes femininas pelas quais enfrentaram agentes da repressão, apesar do medo, para defender a anistia política, a sobrevivência cotidiana e a vida de companheiros/as e amigos/as presos/as.

Os relatos demonstram que o político fazia parte do cotidiano e do privado, assim como o privado e os afetos tomavam o suposto mundo público dos homens, promovendo o questionamento desses mundos e politizando a família, a maternidade, a circulação das mulheres e os próprios afetos, transformados em instrumento de luta que, mais tarde, foram se juntando às experiências das mulheres que haviam sido exiladas, desafiando a ideia preconcebida de que a luta feminista é homogênea e unidimensional. Elas trazem à tona as particularidades e as múltiplas facetas das experiências de diferentes grupos étnicos, culturais

e sociais, e revelam dimensões específicas das mulheridades, que não faziam parte do imaginário dos movimentos sociais e da guerrilha, atravessados por práticas como o sexismo. Os feminismos, preocupados com o corpo e direitos femininos, além das questões do racismo, vivenciados pelas mulheres exiladas, principalmente em países europeus, são incorporados nas lutas, durante o final dos anos 1970 e início dos 1980. Aquelas que retornaram, muitas vezes, se juntaram ao movimento de mulheres que ficaram, e que construíram outra forma de militância cotidiana não exatamente orientada por pautas tradicionalmente políticas, como demonstram as narrativas encontradas nos trabalhos de Teresa Basile (2019) e Claudia A. Bacci (2022) com feministas argentinas e de Débora S. Kreuz (2018), com brasileiras, nas décadas de 1970 e 1980.

2. O eixo metodológico em ação: a centralidade da História Oral e dos acervos

A historiografia tradicional dos regimes ditoriais na América Latina, especialmente no Cone Sul, durante anos privilegiou fontes oficiais e relatos centrados na esfera pública, um domínio historicamente controlado por homens. Essa ênfase unilateral inevitavelmente obscureceu a diversidade das experiências femininas e as múltiplas formas de resistência que emergiram junto ou contra eles. As violências específicas enfrentadas pelas mulheres – que abrangem desde a repressão política direta até as violências de gênero e sexuais perpetradas em contextos clandestinos – assim como seus papéis cruciais nas esferas privadas e públicas, foram frequentemente negligenciados nas documentações tradicionais. Conforme a premissa central deste levantamento, essa abordagem desconsidera a complexidade intrínseca das vivências femininas e as variadas formas de resistência que elas adotaram, refletindo estruturas de poder arraigadas que historicamente marginalizaram as vozes das mulheres.

Esse fenômeno de invisibilidade é corroborado por estudos que evidenciam a escassez de narrativas femininas na historiografia tradicional, durante os anos 1980 e 1990, nos dois países. A história da formação social no Brasil e da Argentina, quando analisada sob a lente da participação política das mulheres, suas lutas e resistências, revela particularidades intrinsecamente ligadas a processos de exploração e dominação em diversas dimensões de suas vidas, desde o âmbito privado até seus múltiplos espaços de atuação na sociedade. Essa realidade se fundamenta na configuração de uma sociedade hetero patriarcal, racista e capitalista, que opera como um sistema articulado de dominação exercida por

homens brancos, sexistas e heterossexuais, denúncia que havia sido realizada por Albertina Costa nos anos 1980, Dora Barrancos (2007) e, recentemente, em pesquisa de Tauana Silva (2014), um dos poucos trabalhos a falar das mulheres negras e suas memórias orais como militantes de esquerda na ditadura brasileira.

Esse silenciamento histórico encontra raízes profundas no conceito de “colonialidade de gênero”, um sistema de poder persistente que, mesmo após os processos formais de descolonização, continuou a restringir as mulheres à esfera privada, associando-as à passividade e à subordinação, como afirmou a argentina María Lugones (2014). Qualquer conduta feminina que desafiasse as normas estabelecidas, especialmente a participação política ativa num sistema de opressão de gênero racializada, capitalista, heterossexualizada e autoritária, era frequentemente considerada desviante e, consequentemente, indigna de registro histórico ou relegada a notas de rodapé marginais. A consequência direta dessa exclusão é uma compreensão limitada e distorcida dos períodos ditoriais, que falha em capturar a pluralidade do impacto repressivo e a amplitude da resistência social. Portanto, a “invisibilidade” das mulheres não é um acaso fortuito, mas sim um problema sistêmico, derivado de estruturas patriarcais profundamente enraizadas que desvalorizam suas experiências e agência, particularmente aquelas que ocorrem fora das arenas políticas convencionais dominadas por homens. A predominância de arquivos oficiais, inerentemente masculinos em sua origem e foco, implica que as metodologias historiográficas tradicionais, sem uma reflexão crítica, tendem a perpetuar essa exclusão histórica.

Nesse contexto crítico, a história oral emerge não apenas como uma ferramenta metodológica complementar, mas como um imperativo ético e epistemológico fundamental. Como afirma Silvia Salvatici (2005, p. 34), talvez o mais fundamental do encontro entre a história oral e a história das mulheres ou de gênero “tenha sido a passagem comum da ênfase na descoberta de realidades esquecidas pela ‘história tradicional’ , por meio da escuta de vozes ocultas, para um reconhecimento de que sua dimensão subjetiva é fundamental para comprehendê-las” e para compreender a própria história das relações de poder e de gênero, uma vez que não se trata de preencher lacunas de uma história masculina, mas colocá-la em questão. Nesse sentido, a maior parte dos trabalhos aqui apresentados possibilitam o compartilhamento, pelas narrativas orais, de aspectos emocionais, subjetivos que envolvem o terror das violências a corpos femininos, da perda familiar, mas também da resistência, que durante muito tempo não encontraram espaço adequado em outras fontes documentais canônicas (majoritariamente masculinas).

Os testemunhos de mulheres que vivenciaram o terror das ditaduras no Cone Sul, assumem um valor inestimável e, simultaneamente, impõem desafios metodológicos e éticos significativos que demandam atenção cuidadosa, em contextos de trauma extremo, como o imposto pela repressão política e pela violência sistemática de Estado, sobre o qual a memória não se apresenta de forma linear e coesa.

As narrativas são frequentemente fragmentadas, permeadas por silêncios eloquentes, esquecimentos seletivos que servem como mecanismos de defesa psíquica e uma carga emocional profunda que inevitavelmente molda a forma como as experiências são lembradas e contadas. Adicionalmente, as mulheres, muitas vezes sujeitas a formas específicas e diferenciadas de violência e repressão, incluindo a violência sexual como arma política da repressão, relatam suas histórias em trabalhos como o de Janaína Teles (2023) no Brasil, e de Juliana Nascimento (2024) com mulheres argentinas. São vivências que exigem uma sensibilidade particular na escuta e na interpretação por parte de pesquisadoras/es e implicam a capacidade de ler “entre as linhas” o que é explicitamente dito e o que, por dor ou trauma profundo, permanece silenciado. Portanto, a abordagem acadêmica e historiográfica para analisar essas expressões orais requer uma especificidade metodológica crucial. Não se trata meramente de coletar depoimentos como se fossem “dados” brutos nem de “lhes dar voz”, mas de engajar-se em um processo complexo de escuta atenta, sensível e empática, como defende Marta Rovai (2024), de contextualização histórica rigorosa e de interpretação cuidadosa, que reconheça a subjetividade inerente e a dimensão afetiva intrínseca a essas memórias.

Na Argentina, durante os períodos de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983, assim como no Brasil, onde a ditadura militar se estendeu de 1964 a 1985, viveu-se uma era particularmente sombria, marcada por graves violações dos direitos humanos, torturas sistemáticas e repressão da dissidência. Os testemunhos orais dessas mulheres militantes não apenas oferecem uma visão íntima e pessoal de suas experiências, mas também são um recurso histórico e político significativo que enriquece a narrativa coletiva acerca de uma história das mulheridades⁴ que apenas nas últimas décadas tem se intensificado para se tornar não um complemento, mas parte integrante da memória coletiva da luta contra a opressão política, social e de gênero.

⁴ Embora usemos a expressão mulheres, neste texto, entendemos que mulheridades poderia expressar melhor as diferentes construções históricas e experienciais em movimento.

Os relatos femininos da repressão em contextos de ditadura e opressão não são apenas testemunhos de dor e sofrimento, mas também manifestações poderosas de resistência e solidariedade entre mulheres que enfrentaram o terror do Estado. As histórias dessas mulheres revelam não apenas suas experiências como vítimas, mas também sua força enquanto agentes de mudança. Elas sofreram perseguições, prisões e torturas, mas muitas encontraram formas de resistir a essa brutalidade. Nesse sentido, são muitos os trabalhos que tratam, por exemplo, do seu papel na luta armada, tanto no Brasil como na Argentina.

Os artigos⁵ encontrados neste breve levantamento mostram que no Brasil, na última década, pesquisadores/as têm feito, cada vez mais, uso da história oral com mulheres que lutaram contra o golpe de 1964 (Andrea Bandeira, 2023) e que atuaram em grupos armados como a Ação Libertadora Nacional (Maria Claudia Ribeiro, 2014), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Eloísa Barroso, 2021) e a Vanguarda Popular Revolucionária (Marta Rovai, 2022) contribuindo para visibilizar suas atuações nos grandes centros urbanos e fora dele, e também sobre sua participação na guerrilha do Araguaia, como mostra a pesquisa de Ary Cavalcanti Jr. e Gilneide Lima (2023), que traz para o centro as memórias sensíveis de familiares sobre duas guerrilheiras baianas assassinadas, cujos corpos não foram encontrados: as “Dinas do Araguaia”. Priscila Paula de Sousa (2018) também ouviu cinco mulheres, entre guerrilheiras, militantes estudantis e parentes de presos políticos, como Criméia e Amelinha Teles, participantes da guerrilha do Araguaia, Rose Nogueira (presa por ceder sua residência para que alguns militantes fizessem reuniões), Ieda Akselrud Seixas, filha de Joaquim Alencar de Seixas e irmã de Ivan Seixas, tendo passado por diversos presídios até ser solta por falta de provas, e Elza Ferreira Lobo, presa por sua relação com Diógenes de Arruda Câmara, líder do PcdB, sem nunca ter pegado em armas.

Carla Rodeghero e Vanderlei Machado (2017) contribuem, ainda, evidenciando o papel de equipes de pesquisadoras/es ligadas às universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), de Pernambuco (UFPE) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), que integraram o projeto Marcas da Memória (2011/2012), para falar da história oral da Anistia no Brasil. Os autores destacam a militância individual e coletiva de mulheres no movimento estudantil pelo Brasil, em grêmios escolares, juventude católica universitária, operária e rural e, muitas vezes, a formação política recebida em casa. Além disso, as narrativas femininas apresentadas

⁵ Identificamos, também, grande quantidade de teses, dissertações e livros sobre o tema, acerca dos quais o tamanho do artigo não nos permite mencionar.

problematizam em comum as relações desiguais de gênero não apenas nas organizações de luta armada, mas também no movimento estudantil e sindical, nos quais raramente uma mulher assumia a liderança ou, muitas vezes, era secundarizada por ser considerada mais frágil, vulnerável ou despreparada.

Na direção dos acervos de memórias orais de mulheres, Janine G. Silva, Joana Maria Pedro e Cristina S. Wolff (2018) trazem grande contribuição ao tratar do Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina. As pesquisadoras falam da importância de criação de repositório das entrevistas de militantes em diferentes países da América Latina, onde pode ser encontrada a produção de memória de argentinas e brasileiras, entre outras, fundamental para explicar esses períodos autoritários, uma vez que, lembram as autoras, é nas particularidades dos corpos e das palavras que encontramos não só as experiências de técnicas repressivas, mas também as relações de afetos e de solidariedades. Como afirmou Jelin,

las mujeres expresan sentimientos mientras que los hombres relatan más a menudo en una lógica racional y política; las mujeres hacen más referencias a lo íntimo y a las relaciones personalizadas, sean ellas en la familia o en el activismo político. Ellas tienden a recordar la vida cotidiana, la situación económica de la familia, lo que se suponía que debían hacer en cada momento del día, lo que ocurría en sus barrios y comunidades, sus miedos y sentimientos de inseguridad. Recuerdan en el marco de relaciones familiares, porque el tiempo subjetivo de las mujeres está organizado y ligado a los hechos reproductivos y a los vínculos afectivos (Jelin, 2011, p. 563)

Em relação à militância argentina, Paula Lenguita (2022), que também organizou dossier sobre as mulheres latino-americanas junto a Marta Rovai (2023), recorre ao acervo do LEGH para analisar uma narrativa acerca da transgressão representada pela luta política nas organizações de esquerda e pelo trânsito em espaços e ocupação de papéis atribuídos às masculinidades, por meio da memória de uma trotskista, Mirta Henault, que atuou no ambiente clandestino entre 1966 e 1976, destacando as transformações vividas em jovens mulheres como ela. Ana Veiga e Joana Pedro (2023) também abordam a violência de gênero e a militância nas memórias de duas argentinas, Dora Barrancos e Fernanda Gil Lozano, que contam suas histórias no feminismo durante a década de 1970, mas que chamam a atenção para a existência do “feminismo de direita”, representado, por exemplo, pelo *Movimiento de Liberación Femenina* (MLF), da importância de figuras como Cristina Kirchner nas lutas continuadas das mulheres e do desafio da interseccionalidade dos marcadores sociais de opressão na política atual.

3. O eixo interseccional: maternidade e redes femininas de solidariedade

Finalmente, o eixo interseccional foca nas dinâmicas de inclusão e exclusão, revelando as complexidades e diferenças dentro do universo da resistência feminina. A literatura recente tem avançado ao abordar não só as tensões de gênero dentro dos próprios movimentos de esquerda, mas também ao usar experiências específicas, como a maternidade, como um *locus* paradigmático de análise.

A história de luta feminina, nesses contextos, embora rica e diversa, não é homogênea. É fundamental reconhecer que nem todas as mulheres se opuseram à repressão; algumas se identificaram com valores que buscavam preservar papéis tradicionais e familiares. O artigo de Mariana Joffily (2016) - autora de outros trabalhos comparativos entre Brasil e Argentina - argumenta que as construções sociais em torno do gênero influenciam a forma como as mulheres vivenciam a repressão, permitindo uma análise mais sofisticada das relações de poder durante as ditaduras. Essa perspectiva destaca não apenas as experiências individuais das mulheres, mas também as intersecções de gênero, classe e etnia, revelando como cada uma dessas dimensões contribuiu para a desigualdade e a opressão que enfrentaram. A autora aprofunda a maneira como a repressão impactou as mulheres de formas diversas, apontando a necessidade de entender as experiências de gênero no contexto da violência política. Ela argumenta que as estruturas sociais de gênero influenciam decisivamente em como se vivencia a repressão, proporcionando assim um marco analítico mais complexo para compreender as realidades daquelas que lutaram contra a injustiça durante este sombrio período da história. Dessa maneira, afirma-se que a luta das mulheres não foi apenas um episódio dentro de uma guerra mais ampla, mas uma batalha fundamental que desafiou a ordem estabelecida e lançou as bases para futuros movimentos por direitos humanos e equidade de gênero no Brasil e na Argentina.

Nesse sentido, a vivência da maternidade emerge como um campo de estudo que expõe muitas dessas complexidades. A questão da maternidade é ainda pouco desenvolvida na historiografia relativa à militância, demonstrando certo silenciamento quanto às especificidades do corpo e da história das mulheres. A quase ausência de trabalhos que discutam a geração de filhos/as demonstra a leitura dicotômica por grande parte da historiografia, em que privado e público estiveram dissociados. Pelas narrativas orais das entrevistas, nos diferentes estudos, podemos apontar como traço em comum as referências às relações de solidariedade e acolhimento entre elas nas celas, as concepções de família alargadas,

a experiência da maternidade na prisão ou na clandestinidade, a saudade dos/as filhos/as e a procura por acionar seus perpetradores. A quase ausência de trabalhos que discutam a geração de filhos/as e as várias atividades exercidas pelas mulheres, seja na guerrilha, no movimento operário, sindical e estudantil, ou até mesmo na luta diária dos bairros e das prisões demonstram, ainda, a leitura dicotômica por grande parte da historiografia nos dois países, em que privado e público estiveram dissociados e em que a maternidade foi relegada a um problema exclusivamente feminino.

Os trabalhos de autoria feminina como os de Josiély Koerich (2014) e de Priscila P. Sousa (2018) demonstram que, tanto no Brasil como na Argentina, muitas mulheres detidas estavam grávidas e foram levadas ao aborto em decorrência das torturas. O corpo feminino era alvo de uma violência, ferindo as mulheres não apenas como militantes, mas também como reprodutoras da família nuclear. A gravidez era tratada pelos agentes repressores como uma questão central na forma de punição dirigida a elas. Na Argentina, em especial, os testemunhos orais tratados nos artigos como o publicado por Verónica E. Manquel (2019), de Romilda C. Motta e Lívia de A. S. Rangel (2020) falam de jovens que tiveram seus filhos nascidos na prisão sequestrados pelos agentes, reforçando um poder não apenas do autoritarismo ditatorial, mas de gênero. No sentido de redes de acolhimento, Valdez e Vicente (2024), ao ouvir militantes brasileiras, estudantes e guerrilheiras na década de 1960 no Partido Comunista e na ALN, contribuíram para reconhecer uma memória – individual e coletiva - de alívios, confortos, acolhimento e proteção coletiva. O movimento entre as presas, segundo as autoras, era agilizado uma vez que o corpo feminino precisava de cuidados como o parto, o ciclo menstrual, o cuidado com os bebês nas celas e a violência sofrida no interior dos confinamentos. As narrativas nos trabalhos de Álvarez e Fabricio Sanchis (2020) demonstram, ainda, a questão do desaparecimento das mulheres que deram à luz nas prisões e se aprofundam na luta pela busca de filhos/as e netos/as que tem sido liderada pelas mães e pelas avós, as chamadas *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, que alargam no tempo sua presença nas ruas e praças em busca de justiça. A luta das *Madres* e das *Abuelas* ocupam um papel central em trabalhos como de Lucila Kehoe (2022), na produção da memória e na busca por reparação, transformando o olhar sobre a maternidade por sua politização e ruptura entre o mundo privado e público.

Deste modo, além da participação em meios estudantis e grupos armados clandestinos, encontramos artigos que tratam da ajuda mútua nas prisões, nos grupos religiosos e em atividades de conscientização em espaços não políticos

tradicionalmente, como casas e feiras, falando de um ativismo orientado pelo afeto e pela vida diária, fundamental para se constituir em um campo do saber fundamental para a compreensão sobre a multifuncionalidade de seus papéis e das recentes ditaduras e as permanências de seus rastros em tempos democráticos. Muitas dessas mulheres eram mães, filhas, esposas, sobrinhas, amigas e irmãs que atuaram no equilíbrio familiar, na mediação em prisões, nas greves e na luta pela justiça social. Seus relatos orais demonstram que em períodos de opressão era comum atuarem na formação de redes de apoio mútuo, onde informações, experiências, espaços da casa e recursos eram compartilhados, rompendo isolamentos e fortalecendo movimentos organizados de resistência. Nessa direção, ainda, Rovai (2022) analisa como a maternidade era politizada pelas mulheres na medida em que seus corpos grávidos e o fato de serem mães de presos eram usados para aparentar certa fragilidade de maneira a convencer agentes prisionais a visitarem militantes, permitindo-lhes guardar bilhetes nas roupas e mediarem mensagens entre eles e seus familiares.

A história de luta das mulheres, nesses contextos, embora rica e diversa, não é homogênea. É fundamental reconhecer que nem todas as mulheres se opuseram à repressão; algumas se identificaram com valores que buscavam preservar papéis tradicionais e familiares. Outras fizeram uso do imaginário sobre os papéis a elas atribuídas para jogar contra a ditadura. Essa complexidade exige uma sensibilidade especial ao ser abordada, pois cada uma delas teve suas próprias experiências e motivações que influenciaram suas ações. A resistência pode ser entendida como um conjunto amplo de ações, políticas e práticas que desafiam abertamente a opressão e a injustiça, manifestando-se em formas de contestação direta, como atos públicos de protesto, além de modos mais sutis de sobrevivência, luta e afirmação de identidade. No contexto específico das ditaduras, as resistências femininas são um campo de estudo que não só ilumina as lutas e experiências das mulheres, mas também nos convida a refletir sobre as interseções entre gênero, política e direitos humanos, abrangendo um espectro amplo de ações que vão desde encontros e manifestações até a participação ativa em organizações de direitos humanos. Além disso, inclui formas mais sutis de resistência cultural e simbólica, como a preservação da memória coletiva por meio da arte, da literatura e da expressão criativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, analisamos a produção acadêmica recente sobre a resistência feminina nas ditaduras do Brasil e da Argentina por meio de três eixos analíticos. Esta abordagem permitiu identificar as contribuições, os métodos e as lacunas deste campo de estudos, levando a conclusões que superam uma visão genérica do tema.

Primeiramente, a análise do eixo conceitual revelou que a literatura recente aprofundou o entendimento sobre o papel fundamental e multifacetado que as mulheres desempenharam. Os trabalhos examinados demonstram como suas ações transcendem a mera reivindicação por memória e justiça. Ao politizar o cotidiano e as redes de afeto, a produção acadêmica mostra como elas, ultrapassando a condição de vítima, recriaram formas de luta coletiva, dentro e para além dos cânones políticos, desafiando assim as narrativas históricas que tradicionalmente as relegaram ao silêncio.

Em segundo lugar, os eixos metodológico e interseccional evidenciaram a imperativa necessidade de ouvir e integrar essas vozes de forma crítica. Concluímos que a história oral é a ferramenta central que possibilita essa nova compreensão, mas que o campo ainda precisa avançar. A identificação de lacunas, especialmente no que tange às experiências de mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+, aponta para a urgência de futuras investigações que enfoquem a diversidade das experiências das mulheres e suas diversas formas de resistência, enriquecendo assim a compreensão coletiva e promovendo uma memória mais justa, inclusiva e plural.

Dante desses achados, os relatos orais registrados pela Academia representam um poderoso chamado à ação, visando assegurar que as violações de direitos humanos em ambos os países não sejam esquecidas. Para que o “silêncio roto” se torne de fato um chamado à transformação, é necessário que cada narrativa se torne uma ponte para a mudança. Somente por meio da escuta ativa e da inclusão de todas as vozes – um desafio contínuo para a pesquisa histórica – poderemos construir um legado que não apenas faça lembrar, mas que também honre aquelas que sofreram e lutaram. Ao valorizar essas histórias, contribuímos para um futuro em que o reconhecimento e a defesa dos direitos humanos sejam uma prioridade inegociável para ambas as sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez, V. (2019). “Además me violaron”. La violencia sexual en centros clandestinos de detención durante la última dictadura militar argentina. *Iberoamérica Social: Revista-Red de Estudios Sociales*, (Especial), 58–77.
- Álvarez, V. & Sanchis, F. L. (2020). Maternidades en cautiverio. Experiencias de maternidad, embarazo y parto en centros clandestinos de detención durante la última dictadura militar argentina. *Mora*, (26), 7-28.
- Avila, M. (2022). El doble exilio de las mujeres: itinerarios de la expulsión. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las ideas*, 1–11.
- Bacci, C. (2022). A. Políticas feministas y memorias del terrorismo de Estado en la Argentina: *RevIISE - Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, (20), 157–72.
- Bandeira, A. (2014). Resistência da memória e memórias femininas do Golpe (1º de Abril, no Recife, 1964). *Perseu Abramo*, (8), 40-68.
- Barroso, E. P. (2021). Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. *Estudos Históricos*, (34)74, 556–575.
- Basile, T. (2019). Testimonios y militancias de mujeres en Argentina: Revolución, Derechos Humanos y Feminismo. *Catedral Tomada*, (9)16, 62-103.
- Barrancos, D. (2007). *Mujeres en la sociedad argentina*. Una historia de cinco siglos. Sudamericana.
- Cavalcanti Junior, A. A. (2017). Luto por justiça, pelo fim da impunidade, pela democracia, igualdade, liberdade e justiça: a luta e a resistência de uma baiana pela anistia. *Albuquerque*, (9)17, 117-138.
- Cavalcanti Junior, A. A. & de Oliveira Padre Lima, G. (2023). As Dinas do Araguaia: trajetórias, idealismos e protagonismos contra a ditadura militar (1966-74). *Caminhos Da História*, 28(2), 103–122.
- Cavalcanti Junior, A. A. (2018). As mulheres Brasileiras na Ditadura Civil-Militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. Fronteiras: *Revista de História*, (20)36, 177–199.
- Ciollaro, N. (1999). *Pájaros sin luz. Testimonios de mujeres de desaparecidos*. Planeta.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Record/Rosa dos Ventos.
- Costa, A. de O. (1980). *Memórias das mulheres do exílio*. Paz e Terra.
- Davidovich, K. (2014). Hablar desde el silencio: El silencio como verdad en las narrativas de mujeres sobrevivientes. *Catedral Tomada*, (2)3, 18-50.
- Dellamore, C. & Soares, P. (2022). Resistências femininas à ditadura militar: as trajetórias de Gilda e Adélia (1964-1985). *História Oral*, 25(1), 57–75.
- Ferreira, E. F. X. (1996). *Mulheres, militância e memória*. FGV.
- Jelin, E. (1998). *Pan y afectos. La transformación de las familias*. FCE.
- Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Siglo Veintieuno.

- Jelin, E. (2011). Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. *Política y Sociedad*, (48)3, 555-569.
- Joffily, M. (2016). Violencias sexuales en las dictaduras de América Latina: ¿Quién quiere saber?. *Revista internacional de Derechos Humanos*, (24), 1-14. <http://sur.conectas.org/es/quien-quiere-saber/>
- Kehoe, L. (2022). Madres de Plaza de Mayo: La resistencia de un colectivo de mujeres al Estado Terrorista en Argentina. *Voces Recobradas. Revista de Historia Oral*, (26)42, 19-42.
- Koerich, J. (2014). Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. *Revista Santa Catarina em História*, (8)1, 86-104.
- Kreuz, D. S. (2018). A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar. *Revista Tempo e Argumento*, (10)24, 316-40.
- Lemes, L. B., & da Silva, M. (2020). O Movimento Feminino pela Anistia e a Primavera das Mulheres no Brasil: os usos do gênero como silenciador ou potencializador de ações políticas de mulheres. *Boletim Historiar*, (7)03, 4-46.
- Lenguita, P. A. (Ed.). (2020). *La resistencia de las mujeres en gobiernos autoritarios: Argentina y Brasil 1955-1968*. CEIL.
- Lenguita, P. A. (2022). El laberinto de la rememoración: Una feminista trotskista para los tempranos años setenta. *História Oral*, (25)1, 77-92.
- Lewin, M. & Wornat, O. (2014). *Putas y guerrilleras. Crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención. La perversión de los represores y la controversia en la militancia. Las historias silenciadas. El debate pendiente*. Planeta.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, (22)3, 935-952.
- Manquel, V. E. (2019). El derecho a maternar de las personas presas: estrategias de vinculación de las personas madres detenidas con sus hijos/as fuera de la prisión. *Descentrada*, (3)2.
- Martínez, P. (2017). Cuerpos y subjetividades en disputa: Experiencias femeninas en los centros clandestinos de detención en Argentina (1976-1983). *L'Ordinaire des Amériques*, (222).
- Meglio, E. D. (2023). “Mala época para ser mujer”: aproximación a un análisis interseccional de la violencia sexual en los centros clandestinos de detención durante la última dictadura en Argentina (1976-1983). *La Aljaba. Segunda Época*, (27)1, 13-23.
- Motta, R. C. & Rangel, L. de A. S. (2020). Lutas clandestinas, maternidades em dilema: memórias de mulheres militantes nas ditaduras civis militares do Cone Sul. *Antíteses*, (13)25, 538-566.
- Nascimento, J. M. do. (2024). “Sexo no aparelho”: imposição sexual a mulheres militantes da luta armada contra a ditadura brasileira. *Cadernos Pagu*, (72), 1-15.
- Pedro, J. M., Wolff, C. S. & Silva, J. G. (2022). Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. *História*, (41), 1-22.
- Ribeiro, M. C. B. (2014). Mulheres e revolução: as Militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). *Revista Historiæ*, (5)2, 249-272.
- Rodeghero, C. S. & Machado, V. (2017). Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura, *História Oral*, (20)2, 33-57.

- Rovai, M. G. O. (2022). A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). *Orda Revue. L'Ordinaire des Amériques*, 222.
- Rovai, M. G. O. (2024). Nunca foi sobre dar voz: a prática da história oral com grupos subalternizados. In M. S. Haderl & A. L Paolilo (Eds.), *História, injúria e difamação*. (pp. 23-52). Unicamp.
- Rovai, M. G. O.; Lenguita, P. A. (2023). Resistências de mulheres às ditaduras latino-americanas entre 1950 e 1980. *Caminhos Da História*, (28)2, 4-8.
- Salvatici, S. (2005). Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, (8)1, 29-42.
- Sarti, C. (2019). Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira. *Revista de Antropologia*, (62)3, 505–29.
- Silva, J. G. da; Pedro, J. M. & Wolff, C. S. (2018). Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (71), 193-210.
- Silva, T. O. G. (2014). A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*.
- Simón, P. C. (2018). Palabras de mujeres: Los testimonios femeninos sobre la cárcel y el campo de concentración en la última dictadura militar argentina (1983-2014). *Vegueta*, (19), 457-485.
- Sousa, P. P. de. (2018). Ditadura Militar brasileira e memórias femininas. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 25(40), 453–467.
- Sutton, B. (2015). Terror, testimonio, y transmisión: sobrevivientes de centros clandestinos de detención en Argentina (1976-1983). *Revista Mora*, 21(1), 5-23.
- Tega, D. (2021). Corpos que transgridem, palavras que resistem: um debate sobre gênero e testemunho. Mediações. *Revista de Ciências Sociais*, (26)3, 621-136.
- Teles, M. A. de A. (2015). Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, (23)3, 1001–2.
- Teles, J. de A. (2023). Tempos de dizer, tempos de escutar: as memórias das mulheres que resistiram à Ditadura Militar: Entrevista com Danielle Tega. *Revista Histórias Públicas*, (1)2, 257–81. <https://doi.org/10.36704/rhp.v1i2.8290>.
- Tolentino, M. (2021). Usos dos testemunhos como estratégia de denúncia da violência estatal durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983). *Revista del CESLA: International Latin American Studies Review*, (28), 111–40.
- Valdez, D. & Vicente, K. B. (2024). Assim, por solidariedade: memórias de mulheres sobre a ditadura militar (1964-1985). *Revista Inter-Ação*, (49), 481–498.
- Veiga, A. M.; Pedro, J. M. (2023). Mulheres argentinas na política: protagonismo e violência de gênero nos olhares de Dora Barrancos e Fernanda Gil Lozano. *Caminhos da História*, (28)2, 162-178.